



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 447, DE 2014

(Do Sr. Jesus Rodrigues e outros)

Altera os arts. 52 e 73 da Constituição Federal, para dispor sobre o provimento dos cargos de Ministros do Tribunal de Contas da União.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PEC-262/2008.

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. A alínea “b”, do inciso III, do art. 52 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 52

.....

III -

.....

b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República, pelo Congresso Nacional, pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Tribunal de Contas da União;

.....(NR)

Art. 2º O § 2º do art. 73 da Constituição Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 73.

..... (NR)

§ 2º O Tribunal de Contas da União compor-se-á da seguinte maneira:

I – quatro membros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, sendo:

a) um escolhido pelo Presidente da República;

b) um eleito pelo Congresso Nacional, alternadamente pela Câmara dos Deputados e Senado Federal;

c) um eleito pelos membros do Tribunal de Contas da União, dentre os auditores e membros do Ministério Público

junto ao Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento;

d) um magistrado eleito pelo Conselho Nacional de Justiça.

II – cinco membros temporários representantes de categorias profissionais, nomeados pelo Presidente da República, sendo:

a) um representante indicado pelo Conselho Federal de Economia;

b) um representante indicado pelo Conselho Federal de Contabilidade;

c) um representante indicado pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia;

d) um representante indicado pelo Conselho Federal de Serviço Social;

e) um representante indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. (NR)

.....”

Art. 3º O art. 73 da Constituição Federal, passa a vigorar acrescido com o seguinte parágrafo quinto:

"Art. 73.

.....

§ 5º Os Ministros membros temporários do Tribunal de Contas da União, previstos no inciso II do § 2º, deverão ser eleitos por voto direto e secreto de todos os profissionais registrados no respectivo Conselho, para gestão de dois anos, sendo permitida apenas uma prorrogação por igual período. (NR)”

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta de emenda à Constituição visa a imprimir maior tecnicidade, transparência e isenção no processo de escolha para o provimento dos cargos de Ministros do Tribunal de Contas da União.

Muito embora a Constituição Federal de 1988 exija dos ocupantes das Cortes de Contas idoneidade moral, reputação ilibada, notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros, o atual processo de escolha não tem sido satisfatório, sendo a nosso sentir revelador de resquícios de nossa herança oligárquica.

Urge que se conceba uma nova estruturação a esse importante órgão de controle externo, de sorte a possibilitar uma maior participação da sociedade no processo de fiscalização financeira e orçamentária da Administração Pública.

É nesse sentido que a presente proposta de emenda à Constituição inova estabelecendo que, dentre os nove membros da Corte de Contas, cinco sejam representantes temporários das categorias profissionais mais pertinentes à atividade-fim daquele Tribunal. Enquanto que os quatro outros membros, de provimento vitalício, serão escolhidos pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, ainda, pelo próprio Tribunal de Contas da União, nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal.

Cremos que essa nova estruturação, além de possibilitar uma gestão mais democrática, com a efetiva participação da sociedade, através de representantes das categorias profissionais dos engenheiros, economistas, contadores, advogados e assistentes sociais, avançará também em termos de eficiência, moralidade e probidade administrativa, princípios inafastáveis de nossa Lei Maior e anseios de todos os brasileiros.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 2014.

Deputado JESUS RODRIGUES
PT/PI

Proposição: PEC 0447/2014

Autor da Proposição: JESUS RODRIGUES E OUTROS

Ementa: Altera os arts. 52 e 73 da Constituição Federal, para dispor sobre o provimento dos cargos de Ministros do Tribunal de Contas da União.

Data de Apresentação: 18/12/2014

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas 206

Não Conferem 003

Fora do Exercício 001

Repetidas 031

Ilegíveis 000

Retiradas 000

Total 241

Confirmadas

- 1 ACELINO POPÓ PRB BA
- 2 ADEMIR CAMILO PROS MG
- 3 AFONSO FLORENCE PT BA
- 4 AFONSO HAMM PP RS
- 5 AKIRA OTSUBO PMDB MS
- 6 ALCEU MOREIRA PMDB RS
- 7 ALICE PORTUGAL PCdoB BA
- 8 AMAURI TEIXEIRA PT BA
- 9 ANDERSON FERREIRA PR PE
- 10 ANDRÉ FIGUEIREDO PDT CE
- 11 ANDRE MOURA PSC SE
- 12 ANÍBAL GOMES PMDB CE
- 13 ANTÔNIA LÚCIA PSC AC
- 14 ANTÔNIO ANDRADE PMDB MG
- 15 ARTUR BRUNO PT CE
- 16 ASSIS CARVALHO PT PI
- 17 BENEDITA DA SILVA PT RJ
- 18 BETINHO ROSADO PP RN
- 19 BETO ALBUQUERQUE PSB RS
- 20 BETO FARO PT PA
- 21 BILAC PINTO PR MG
- 22 BOHN GASS PT RS
- 23 CARLOS MAGNO PP RO
- 24 CARLOS MANATO SD ES

25 CARLOS SAMPAIO PSDB SP
26 CARLOS ZARATTINI PT SP
27 CÉSAR HALUM PRB TO
28 CHICO ALENCAR PSOL RJ
29 CHICO DAS VERDURAS PRP RR
30 CHICO LOPES PCdoB CE
31 CLÁUDIO PUTY PT PA
32 CLEBER VERDE PRB MA
33 DALVA FIGUEIREDO PT AP
34 DANIEL ALMEIDA PCdoB BA
35 DÉCIO LIMA PT SC
36 DEVANIR RIBEIRO PT SP
37 DOMINGOS DUTRA SD MA
38 DR. ROSINHA PT PR
39 DR. UBIALI PSB SP
40 DUDIMAR PAXIUBA PROS PA
41 EDINHO ARAÚJO PMDB SP
42 EDINHO BEZ PMDB SC
43 EDIO LOPES PMDB RR
44 EDSON SILVA PROS CE
45 EDUARDO SCIARRA PSD PR
46 ELI CORREA FILHO DEM SP
47 ELIENE LIMA PSD MT
48 ELISEU PADILHA PMDB RS
49 EMANUEL FERNANDES PSDB SP
50 ERIKA KOKAY PT DF
51 ERIVELTON SANTANA PSC BA
52 ESPERIDIÃO AMIN PP SC
53 EURICO JÚNIOR PV RJ
54 FÁBIO TRAD PMDB MS
55 FÁTIMA BEZERRA PT RN
56 FELIPE MAIA DEM RN
57 FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR PDT BA
58 FERNANDO COELHO FILHO PSB PE
59 FERNANDO FERRO PT PE
60 FILIPE PEREIRA PSC RJ
61 FRANCISCO CHAGAS PT SP
62 FRANCISCO PRACIANO PT AM
63 GABRIEL GUIMARÃES PT MG
64 GASTÃO VIEIRA PMDB MA
65 GERALDO SIMÕES PT BA
66 GERALDO THADEU PSD MG
67 GIVALDO CARIMBÃO PROS AL
68 GLAUBER BRAGA PSB RJ
69 GONZAGA PATRIOTA PSB PE
70 GUILHERME MUSSI PP SP

71 HÉLIO SANTOS PSDB MA
72 HEULER CRUVINEL PSD GO
73 HUGO LEAL PROS RJ
74 HUGO MOTTA PMDB PB
75 IARA BERNARDI PT SP
76 INOCÊNCIO OLIVEIRA PR PE
77 IRINY LOPES PT ES
78 IVAN VALENTE PSOL SP
79 JAIRÓ ATAÍDE DEM MG
80 JANDIRA FEGHALI PCdoB RJ
81 JANETE ROCHA PIETÁ PT SP
82 JÂNIO NATAL PRP BA
83 JAQUELINE RORIZ PMN DF
84 JEAN WYLLYS PSOL RJ
85 JESUS RODRIGUES PT PI
86 JÔ MORAES PCdoB MG
87 JOÃO ANANIAS PCdoB CE
88 JOÃO DADO SD SP
89 JOÃO MAGALHÃES PMDB MG
90 JOÃO PAULO LIMA PT PE
91 JORGE BITTAR PT RJ
92 JORGINHO MELLO PR SC
93 JOSÉ CHAVES PTB PE
94 JOSÉ PRIANTE PMDB PA
95 JOSE STÉDILE PSB RS
96 JÚLIO CESAR PSD PI
97 JÚLIO DELGADO PSB MG
98 JÚNIOR COIMBRA PMDB TO
99 LAEL VARELLA DEM MG
100 LÁZARO BOTELHO PP TO
101 LELO COIMBRA PMDB ES
102 LEONARDO MONTEIRO PT MG
103 LEONARDO QUINTÃO PMDB MG
104 LILIAM SÁ PROS RJ
105 LINCOLN PORTELA PR MG
106 LIRA MAIA DEM PA
107 LUCI CHOINACKI PT SC
108 LUCIANA SANTOS PCdoB PE
109 LUCIANO CASTRO PR RR
110 LUCIO VIEIRA LIMA PMDB BA
111 LUIZ ALBERTO PT BA
112 LUIZ CARLOS BUSATO PTB RS
113 LUIZ COUTO PT PB
114 LUIZ FERNANDO FARIA PP MG
115 LUIZ NISHIMORI PR PR
116 LUIZ OTAVIO PMDB PA

117 LUIZA ERUNDINA PSB SP
118 MAGDA MOFATTO PR GO
119 MAGELA PT DF
120 MAJOR FÁBIO PROS PB
121 MANDETTA DEM MS
122 MANOEL JUNIOR PMDB PB
123 MANUEL ROSA NECA PR RJ
124 MARCELO AGUIAR DEM SP
125 MARCELO CASTRO PMDB PI
126 MARCIO BITTAR PSDB AC
127 MÁRCIO MACÊDO PT SE
128 MÁRCIO MARINHO PRB BA
129 MARCON PT RS
130 MARCOS MONTES PSD MG
131 MARCUS PESTANA PSDB MG
132 MARGARIDA SALOMÃO PT MG
133 MAURO BENEVIDES PMDB CE
134 MAURO MARIANI PMDB SC
135 MENDONÇA FILHO DEM PE
136 MILTON MONTI PR SP
137 MIRIQUINHO BATISTA PT PA
138 MIRO TEIXEIRA PROS RJ
139 NELSON MARQUEZELLI PTB SP
140 NELSON MEURER PP PR
141 NELSON PELLEGRINO PT BA
142 NILDA GONDIM PMDB PB
143 NILMÁRIO MIRANDA PT MG
144 NILSON PINTO PSDB PA
145 ONOFRE SANTO AGOSTINI PSD SC
146 OSMAR SERRAGLIO PMDB PR
147 OSVALDO REIS PMDB TO
148 OZIEL OLIVEIRA PDT BA
149 PADRE JOÃO PT MG
150 PADRE TON PT RO
151 PAES LANDIM PTB PI
152 PASTOR EURICO PSB PE
153 PASTOR MARCO FELICIANO PSC SP
154 PAULÃO PT AL
155 PAULO CESAR QUARTIERO DEM RR
156 PAULO FOLETTTO PSB ES
157 PAULO MAGALHÃES PSD BA
158 PAULO PIMENTA PT RS
159 PAULO RUBEM SANTIAGO PDT PE
160 PAULO WAGNER PV RN
161 PEDRO CHAVES PMDB GO
162 PEDRO EUGÊNIO PT PE

163 PEDRO UCZAI PT SC
164 PENNA PV SP
165 PINTO ITAMARATY PSDB MA
166 POLICARPO PT DF
167 PROFESSOR SETIMO PMDB MA
168 PROFESSORA DORINHA SEABRA REZE DEM TO
169 REBECCA GARCIA PP AM
170 REGINALDO LOPES PT MG
171 RENAN FILHO PMDB AL
172 RENATO SIMÕES PT SP
173 RICARDO IZAR PSD SP
174 ROBERTO BALESTRA PP GO
175 ROBERTO FREIRE PPS SP
176 RODRIGO DE CASTRO PSDB MG
177 RONALDO FONSECA PROS DF
178 ROSANE FERREIRA PV PR
179 ROSINHA DA ADEFAL PTdoB AL
180 RUBENS BUENO PPS PR
181 RUY CARNEIRO PSDB PB
182 SÁGUAS MORAES PT MT
183 SANDRA ROSADO PSB RN
184 SANDRO MABEL PMDB GO
185 SARNEY FILHO PV MA
186 SEBASTIÃO BALA ROCHA SD AP
187 SÉRGIO BRITO PSD BA
188 SIBÁ MACHADO PT AC
189 SILVIO COSTA PSC PE
190 STEPAN NERCESSIAN PPS RJ
191 THIAGO PEIXOTO PSD GO
192 TIRIRICA PR SP
193 TONINHO PINHEIRO PP MG
194 VALMIR ASSUNÇÃO PT BA
195 VICENTE CANDIDO PT SP
196 VICENTINHO PT SP
197 VILALBA PP PE
198 VITOR PAULO PRB RJ
199 WALDENOR PEREIRA PT BA
200 WEVERTON ROCHA PDT MA
201 WILLIAM DIB PSDB SP
202 WILSON FILHO PTB PB
203 ZÉ GERALDO PT PA
204 ZÉ SILVA SD MG
205 ZEQUINHA MARINHO PSC PA
206 ZOINHO PR RJ

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI
--

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....

**TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**

**CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO**

.....

**Seção IV
Do Senado Federal**

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; [*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999\)*](#)

II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade; [*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)*](#)

III - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

a) magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;
b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

c) Governador de Território;
d) presidente e diretores do Banco Central;
e) Procurador-Geral da República;
f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI - fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal;

VIII - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX - estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

X - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI - aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII - elaborar seu regimento interno;

XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; [*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)*](#)

XIV - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

XV - avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios. [*\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003\)*](#)

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

Seção V

Dos Deputados e dos Senadores

Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. [*\(“Caput” do artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001\)*](#)

§ 1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. [*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001\)*](#)

§ 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de

seus membros, resolva sobre a prisão. [*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001\)*](#)

§ 3º Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação. [*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001\)*](#)

§ 4º O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora. [*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001\)*](#)

§ 5º A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato. [*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001\)*](#)

§ 6º Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações. [*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001\)*](#)

§ 7º A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva. [*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001\)*](#)

§ 8º As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida. [*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001\)*](#)

Seção IX

Da Fiscalização Contábil, Financeira E Orçamentária

Art. 73. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.

§ 1º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

II - idoneidade moral e reputação ilibada;

III - notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;

IV - mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

§ 2º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos:

I - um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antigüidade e merecimento;

II - dois terços pelo Congresso Nacional.

§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40. (Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 4º O auditor, quando em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de Tribunal Regional Federal.

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO
